

Área Temática: APG3 Administração pública, governo e terceiro setor

Título: ADMINISTRAÇÃO NO TERCEIRO SETOR: UMA ANÁLISE DA GESTÃO FINANCEIRA DA AIESEC EM MACEIÓ NO PERÍODO DE 2016 A 2018.

Resumo

As entidades do terceiro setor, por não terem como foco de seu trabalho propriamente o fator “lucro”, muitas vezes não apresentam os métodos adequados de controle da gestão. Visto isso, o objetivo deste trabalho é analisar a gestão financeira da AIESEC, uma instituição sem fins lucrativos localizada em Maceió/Al. Para isso, foi realizada uma pesquisa descritiva de abordagem quantitativa utilizando entrevista estruturada e análise documental, sendo analisado o período de 2016 a 2018. A instituição escolhida tem como principal missão desenvolver a liderança jovem por meio do intercâmbio voluntário no ano de 2018 apresentou os maiores índices de liquidez relativa e de despesas administrativas. Enquanto, que em 2016 o saldo acumulado foi o maior entre os anos investigados, a empresa percebeu nesse período que os efeitos de um bom desempenho no setor financeiro influenciam positivamente os demais setores. Conclui-se que a situação financeira de uma entidade do terceiro setor não deve ser subestimada ao se comparar com uma empresa dos demais setores, ressaltando que uma gestão financeira eficiente viabiliza a manutenção das atividades das instituições.

Palavras-Chave: Terceiro Setor, Gestão Financeira, Administração.

Abstract

This paper presented a case study on Financial Management in the Third Sector. The overall objective is to analyze financial management to improve a non-profit institution located in Maceió/Al from 2016 to 2018. The entity object of this study was AIESEC in Maceió, which is a non-profit institution whose main objective is to develop youth leadership through voluntary exchange. Third-sector entities, because they do not focus their work properly on the “profit” factor, often do not have adequate management control methods. But then, how does a nonprofit company control its finances? To address this objective, a descriptive quantitative approach research was conducted using structured interview and document analysis. At the end of this work, it was realized that the financial management of a third sector entity should not be viewed in a milder or simpler way than a public or private company would, as although it is not intended to obtain For profit, Third Sector organizations cannot afford to give up this instrument, given that only with good financial health can one survive to help others.

Keywords: Third Sector, Financial management, Administration.

1. INTRODUÇÃO

A grande extensão territorial do Brasil proporciona possibilidades para a execução de várias atividades econômicas. Através da extração de recursos da natureza, na transformação da matéria-prima em produtos industrializados, e por fim, no setor econômico relacionado aos serviços. Os serviços, por sua vez, são produtos não materiais em que pessoas ou empresas prestam a terceiros para satisfazer determinadas necessidades (SPILLER, 2015).

Existem três maneiras e setores distintos de como as Pessoas Jurídicas podem atuar no desenvolvimento de atividades sociais e econômicas no Brasil são: Primeiro setor constituído pelas organizações que compõem o Governo, isto é, caracteriza-se por ser o próprio Estado; Segundo setor que é privado tem como objetivo a troca de bens e serviços em vista do lucro e; Terceiro setor composto por organizações não privadas sem fins econômicos (CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE ATIVIDADES ECONÔMICAS - CNAE, 1994; MACHADO, 2006).

O Terceiro Setor exerce um importante papel para sociedade, sobretudo no que diz respeito aos aspectos econômicos, resolução de conflitos sociais e gerenciamento dos bens públicos destinados a benefício da sociedade (MACHADO, 2006). Em suma, trata-se basicamente do desempenho de atividades de interesse público, embora seja realizado por meio de iniciativa privada. Muitas entidades integrantes do terceiro setor recebem subvenções ou auxílio por parte do Estado por não possuírem condições de arcar com as despesas e execução de tais serviços (OLIVEIRA; DURÃS, 2014).

Para Morais, Teixeira e Guimarães (2017), as empresas que atuam no terceiro setor vêm ganhando destaque diante da atuação e do reconhecimento por parte dos outros setores, situação esta que é corroborada pela incapacidade do Estado em atender as demandas sociais existentes na atual conjuntura.

Desse modo, como toda empresa, as integrantes do terceiro setor também são obrigadas a prestar contas de suas atividades ao governo e à sociedade, para comprovar a boa e regular utilização dos aportes financeiros recebidos. Ademais, a prestação de contas torna-se um importante instrumento para a transparência no processo de gestão das empresas do terceiro setor, uma das exigências da legislação atual.

A administração financeira é importante sob a ótica dos clientes, da avaliação de investimentos e do financiamento de procedimentos e atividades da empresa, objetivando um melhor desenvolvimento, abstendo ao máximo de gastos e desperdícios para o patrimônio da organização (MORAIS, 2010). Visto isso, este estudo tem como objetivo analisar a gestão financeira da AIESEC, uma instituição sem fins lucrativos localizada na cidade de Maceió, no Estado de Alagoas.

A escolha da AIESEC em Maceió como objeto de estudo desta pesquisa deve-se ao fato da instituição ser a única em Maceió que desenvolve o empoderamento jovem através do intercâmbio social e voluntário. Além disso, compreende-se que instituições voluntárias requerem práticas diferenciadas no que concerne aos seus aspectos jurídicos, tributários e contábeis, cujo fator preponderante é justamente a transparência na prestação de contas como base para conformidade legal.

Além desta introdução, esse trabalho está dividido em mais quatro capítulos. No capítulo seguinte, são apresentados os elementos teóricos que servirão de subsídio para as discussões propostas. O terceiro capítulo apresenta os

procedimentos metodológicos utilizados no desenvolvimento da pesquisa, destacando os instrumentos de coleta e avaliação dos dados. O quarto capítulo contempla a análise dos resultados obtidos com a pesquisa. Por fim, são apresentadas as considerações finais do estudo.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste tópico serão apresentados o referencial teórico que dará subsídios para as discussões que serão realizadas ao longo do trabalho.

2.1 Terceiro Setor

O Terceiro Setor é formado pelo conjunto de organizações de natureza privada, sem objetivo do lucro, dedicadas à obtenção de objetivos sociais ou públicos, embora não sejam integrantes do governo, e apresenta uma reconhecida capacidade de melhorar a eficiência e eficácia dos sistemas públicos nos diversos níveis de atendimento. (PAES, 2006; BORZAGA E FAZZI, 2014).

As entidades deste setor contemplam uma ampla variedade de instituições privadas que atuam nas mais diversas áreas, tais como promoção da assistência social, educação, saúde, defesa do meio ambiente e pesquisas científicas, entre outras e, para a consecução das finalidades a que se propõem, essas entidades adotam a forma jurídica de associação ou de fundação, ambas previstas pelo Código Civil Brasileiro (CFC, 2003).

Araújo (2009) destaca que estas entidades do terceiro setor são identificadas como sem fins lucrativos, pois os dispositivos da Lei nº 9.532, de 1997, art. 15, § 3º, alterado pela Lei nº 9.718, de 1998, art. 10, assim a tipifica para que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine referido resultado, de forma integral, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

A base legal da contabilidade no terceiro setor é preconizada pela lei 6.404/76, lei das sociedades anônimas ou sociedades por ações e suas alterações trazidas pelas leis 11.638/2007 e 11.941/2009. Para Araújo (2005) é permitido que as organizações do terceiro setor façam uso dessas leis, em especial às demonstrações contábeis e escrituração das operações efetivadas por estas entidades.

Para que haja uma maior transparência na prestação de contas de uma entidade do terceiro setor, deve-se sempre elaborar os demonstrativos contábeis de acordo com as normas e os princípios fundamentais da contabilidade.

De acordo com Araújo (2005) as demonstrações contábeis para o terceiro setor são de acordo com as normas emanadas do CFC: O Balanço Patrimonial; A Demonstração do Déficit ou Superávit do Exercício; A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Social; Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, que conforme a lei 11.638/07 foi substituída pela Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), passando a ser obrigatória a divulgação desse demonstrativo.

Obrigatoriamente devem ser divulgadas também as Notas Explicativas, que não consistem em demonstrativos contábeis, mas é um método de evidenciação que serve como complemento das demonstrações contábeis.

2.2 Planejamento Financeiro

A administração financeira encontra-se presente em qualquer atividade com ou sem fins lucrativos. O princípio da administração financeira é quitar os compromissos assumidos com os terceiros, maximizando os lucros dentro dos prazos propostos (ZDANOWICZ 2000). A fim de atingir este objetivo, faz-se necessário um eficiente e eficaz planejamento financeiro.

Ao examinar a utilização de indicadores por instituições do terceiro setor Pace, Basso e Silva (2004) destacam que há uma preocupação constante com a gestão de caixa em curto prazo e também um conhecimento incipiente por parte dos gestores inviabilizando a aplicação de medidas eficazes de gestão de resultados e indicadores financeiros.

Com isso, é de importância para atividades de uma empresa o planejamento financeiro, dado que disponibiliza orientação para a direção, coordenação e controle das decisões tomadas pela organização para que alcance seus objetivos (GITMAN, 2004).

Para a melhoria da Gestão Financeira no Terceiro setor é necessário planejar os recursos financeiros e adequar os recursos disponíveis ao Método de Condução definido para alcançar os objetivos, sem perder de vista que o fluxo de caixa representa a previsão do fluxo de receitas e de despesas do projeto (CHUERI; XAVIER, 2008).

Dentro da gestão orçamentária o controle de custos é imprescindível para a determinação de lucro da organização, e por meio do controle pode-se obter informações sobre como estão sendo utilizados os procedimentos, de modo a acompanhar, detectar e corrigir possíveis falhas nos métodos de trabalho, com intuito de repará-los e evitar sua repetição (SILVA, 1977).

Toda empresa, não importa o seu porte, depende de dinheiro em caixa para cumprir com suas obrigações, e é por meio do fluxo de caixa que ela tem uma visão do montante disponível para suprir suas necessidades atuais e futuras. Para Frezatti (1997, p. 14), “a gestão do fluxo de caixa não se constitui em preocupação exclusiva das grandes empresas, ou mesmo daquelas voltadas para a obtenção do lucro, mas das organizações em geral”.

Conforme infere o Guia de Gestão (2002) a análise financeira é o estudo da liquidez que expressa a capacidade de pagamento que há na empresa, ou seja, suas condições financeiras de cumprir no vencimento todas obrigações assumidas. Vê-se, ainda, o equilíbrio financeiro e sua necessidade de investimento em capital de giro. Disto, entende-se que há uma característica peculiar adaptada ao conceito de indicadores, para entidades do terceiro setor. Devido, porém, ao foco deste estudo ser pertinente aos aspectos financeiros das entidades do terceiro setor, é sobre este aspecto que se dará maior ênfase.

Leal e Famá (2007) inferem que o planejamento financeiro favorece diretamente a boa prática em políticas de governança, onde os critérios de integridade, transparência e responsabilidade são cada vez mais exigidos em organizações deste porte que queiram demonstrar solidez institucional.

2.3 Indicadores Financeiros

Vários são os indicadores financeiros utilizados na literatura para mensurar o desempenho financeiro das organizações. Para este trabalho, a análise se restringiu

em apenas: Indicador de Liquidez Relativa e Indicador de Despesa. A escolha desses indicadores deve-se ao fato da empresa já possuir informações disponibilizadas para os anos em análise, não cedendo outros dados para os demais cálculos.

O indicador da liquidez relativa é medido pela razão entre ativo corrente e passivo corrente e diz quanto de valores a entidade possui disponíveis para pagamento no curto prazo. A partir dos resultados obtidos é possível fazer as seguintes análises: Maior que 1: Demonstra que há capital disponível para uma possível liquidação das obrigações; Igual a 1: Os direitos e obrigações a curto prazo são equivalentes; Menor que 1: A entidade não teria capital disponível suficiente para quitar as obrigações a curto prazo, caso fosse preciso (Guia de Gestão, 2002).

A demonstração de resultado do exercício (DRE) pode ajudar a entidade a mostrar onde tem sido utilizado o dinheiro arrecadado, o que contribui para a transparência financeira. (O Guia de Gestão, 2002).

Com relação aos valores do índice de despesa administrativa quer dizer que: Maior que 0,1: Demonstra que os valores gastos com as estruturas administrativas da entidade estão acima padrão desejável; Igual a 0,1: O gasto administrativo necessário para a obtenção de receita é equivalente; Menor que 0,1: A entidade possui uma receita favorável para efetuar gastos administrativos.

Alerta-se que, estes, e outros indicadores financeiros que tenham relevância para cada organização da sociedade civil, podem e devem constituir elemento para legitimar o processo de tomada de decisão dos membros da diretoria, bem como respaldar a prática de transparência na prestação de contas, tão exigida das entidades sem fins lucrativos.

3. METODOLOGIA

Para atingir o objetivo proposto, a pesquisa se classifica como descritiva, por utilizar técnicas de coleta de dados e preocupar-se em analisa-los. Apresenta uma abordagem quantitativa, frequentemente aplicada nos estudos descritivos, que buscam descobrir e classificar a relação entre variáveis e a relação de causalidade entre fenômenos (PRODANOV e FREITAS, 2013).

Quanto ao procedimento, trata-se de uma pesquisa documental, pois segundo Beuren e Raupp (2004) baseia-se em materiais que não foram tratados. Os dados foram obtidos através do acesso ao site particular contasonline.com.br durante os anos de 2016 a 2018. O acesso a ferramenta foi disponibilizada pela organização, limitando o acesso a apenas um grupo de contas.

A série histórica foi definida desse modo, pois 2016 foi o ano de maior caixa da entidade em Maceió bem como os dados no sistema estavam consolidados somente entre os anos de 2016 e 2018.

Além dos dados secundários, foi realizada uma entrevista online com perguntas estruturadas com dois membros que atuaram no setor financeiro. A escolha dos membros deu-se pela sua experiência de atuação no setor financeiro e o questionário teve como objetivo identificar o comportamento das contas financeiras e as medidas adotadas pela organização no período analisado.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esse tópico apresenta os resultados obtidos na pesquisa, examina as características organizacionais da empresa, a análise financeira a partir dos

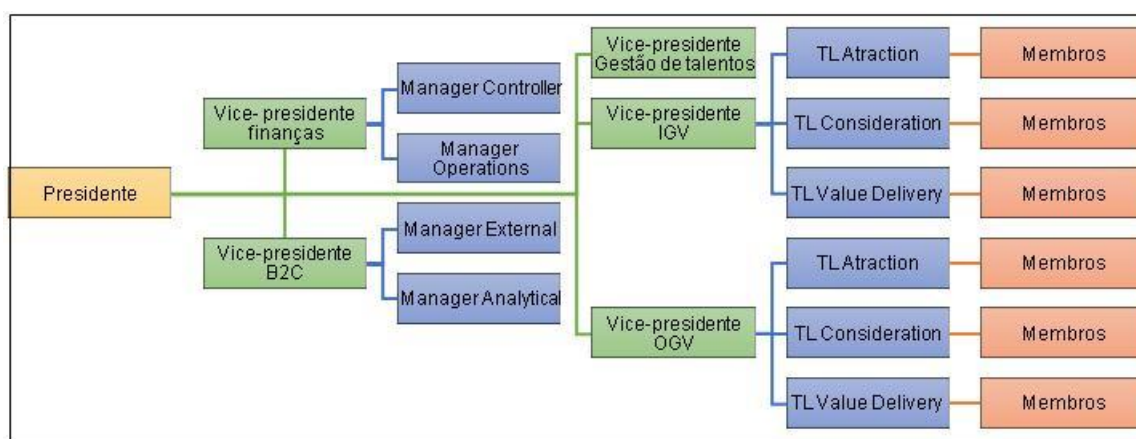
indicadores e dos dados coletados e apresenta sugestões de medidas que podem ser aplicadas a partir dos resultados.

4.1 A empresa

A AIESEC em Maceió foi fundada pela AIESEC como uma extensão da unidade localizada na cidade de Aracaju, em fevereiro de 2013. No final de 2016, deixou de ser extensão e se tornou uma entidade plena. Entre os anos de 2016 e 2018, a instituição apresentou no quadro de voluntários 46 membros, submetidos a um processo seletivo feito semestralmente.

A empresa apresenta sua estrutura dividida em 4 áreas. A figura 1 apresenta o organograma da empresa.

Figura 1: Organograma da AIESEC em Maceió



Fonte: Elaborada pelos autores

4.2 Gestão Financeira da AIESEC

A AIESEC em Maceió possui planejamento estratégico, estando inserido neste projeto o planejamento financeiro da entidade. A elaboração de planejamento financeiro é uma prática comum na organização, e este é utilizado como referência para indicar os objetivos pretendidos no longo prazo.

Dado as informações obtidas pelo sistema foi realizada uma estimativa de receita para a organização com base do número de contratos fechados nos últimos anos. O Quadro 1 ilustra o cálculo Estimativo pessimista, mais provável e otimista para o planejamento financeiro.

Quadro 1: Projeção estimativa com dos intercâmbios sociais

PESSIMISTA		
Nº DE INTERCÂMBIOS	Valor	Total Bruto
100	R\$ 1.200,00	R\$ 120.000,00
MAIS PROVÁVEL		
Nº DE INTERCÂMBIOS	Valor	Total Bruto
200	R\$ 1.200,00	R\$ 240.000,00
OTIMISTA		
Nº DE INTERCÂMBIOS	Valor	Total Bruto

300	R\$ 1.200,00	R\$ 360.000,00
-----	--------------	----------------

Fonte: Elaborado pelos autores.

Vale ressaltar, que a mensurável para os intercâmbios é chamada de *approved*, situação na qual o intercambista está aprovado e apto mediante contrato assinado, pagamento do intercâmbio voluntário, passagens de ida e volta devidamente apresentadas ao escritório da cidade destino da AIESEC, seguro saúde e em alguns casos, visto de autorização. Neste último caso dependerá da exigência do país para onde o voluntário estará indo.

Os controles financeiros da entidade, atualmente são feitos através de planilhas no Excel, sendo as demonstrações contábeis feitas por um contador. Os controles que a AIESEC em Maceió utiliza são: planilha de fluxo de caixa, onde constam as despesas administrativas do escritório, entrada e saída com o intercâmbio e atividades internas da organização como as conferências locais.

A organização possui 5 fontes financeiras as quais a direção de finanças tem responsabilidade, a conta corrente onde são feitas as transações financeiras, conta caixa, que é o dinheiro em mãos para negociações imediatas, o *pagseguro* que é usado exclusivamente para parcelar o intercâmbio, *paypal* feito para pagamentos no débito, e investimentos que é administrado pelo contador e somente usado quando o caixa da organização encontra-se baixo.

Toda empresa precisa do balanço patrimonial como prática financeira mesmo que não haja fins lucrativos, pois, a partir de sua análise os tomadores de decisão poderão averiguar a situação financeira (Ambros e Schnorrenberger, 2014) da entidade e tomar medidas para melhorar ou corrigir o que for preciso. No entanto, foi apresentado o fluxo de caixa, ferramenta utilizada pelas diretorias da entidade que manuseiam mensalmente as entradas e saídas, comparado a previsão e as contas realizadas.

Havendo dúvidas com relação ao motivo de determinada conta ter tido alguma oscilação desproporcional aos limites considerados normais, é feita uma reunião com o/a presidente (e/ou demais membros consultivos) e a direção financeira a fim de impedir possíveis avarias.

Os indicadores de liquidez relativa são equivalentes ao de liquidez corrente, pois irão demonstrar o valor monetário para receber em curto prazo e como o indicador de despesa com base na administração irá clarificar os valores gastos com a estrutura administrativa da entidade. O quadro 2 apresenta o saldo acumulado da instituição.

Quadro 2 – Saldo acumulado

SALDO ACUMULADO			
Ano	2016	2017	2018
Valor (R\$)	38.201,19	16.443,60	16.501,52

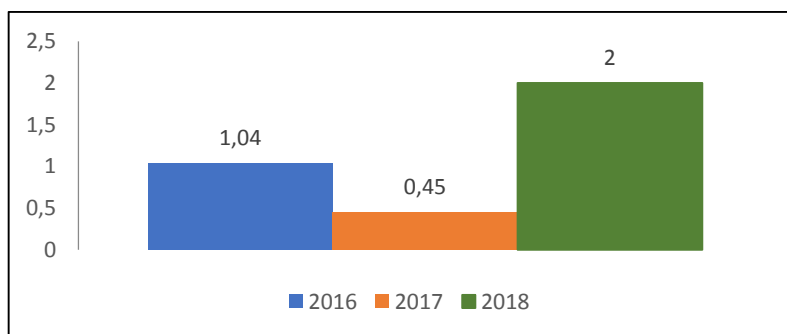
Fonte: Contas Online (2019)

É notável a brusca queda no valor final do caixa dos anos de 2017 e 2018 em relação ao ano de 2016, alguns motivos foram listados pelos entrevistados para esse comportamento:

- Operação não lucrativa – As práticas de abordagem da área de operações não foram tão eficientes quanto no ano de 2016, que apresentava um time forte e consistente com os resultados;
- Despesas elevadas com a administração – em 2017 o escritório passou por uma reforma, já em 2018, não havia mais um escritório gratuito, havendo a necessidade de alugar um espaço para realizar os critérios determinados pela AIESEC in *Brazil*.
- Retirada mensal era maior do que a arrecadação;
- Diminuição repentina das vendas - Vários fatores podem levar a essa situação indesejada: concorrência, sazonalidade, a situação da economia do país além das quebras de contrato para o intercâmbio;
- Descontos ou concessões mal planejados – Ter a ilusão de que descontos e concessões aos possíveis EPs aumentariam os lucros.

Para analisar a capacidade de pagamento da empresa, foi calculado o índice de liquidez desse período, o gráfico 1 resume essas informações.

Gráfico 1 - Índice de Liquidez Relativa

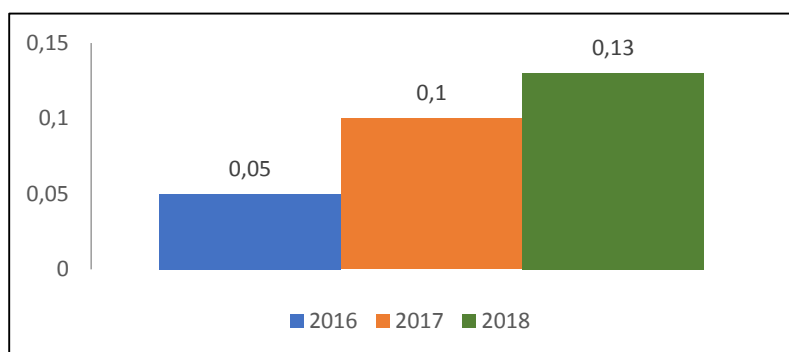


Fonte: Elaborado pelos autores

Contradizendo as expectativas, o ano de 2018 obteve o melhor índice de liquidez relativa, um agente para esse resultado foi a ação da *black Friday* no final do ano, que a curto prazo impulsionou o caixa da organização.

No gráfico 2 são demonstrados os índices de despesas administrativas.

Gráfico 2 - Índice de Despesa Administrativa



Fonte: Elaborado pelos autores

O ano de 2016 provou que os controlados gastos administrativos puderam contribuir para o alcance do inflado caixa financeiro. No ano de 2017 foi o ano com maiores *approveds* o que determinou este resultado, embora tenha feito investimentos estruturais. O alto índice de 2018 justifica-se, pois além dos custos fixos que eram superiores aos outros anos estudados, a quantidade de *approvals* não supriu as despesas administrativas.

Dentro da AIESEC em Maceió é possível notar que o resultado da gestão financeira está completamente ligado a todas as outras áreas, e que o desempenho do setor financeiro influencia o alcance dos objetivos conforme identificado por Gitman (2014).

Na situação estudada, o quadro 3 elenca o total de *approveds* de cada ano e o número para cada área de operações *Incomming Global Volunteer* (IGV) e *Outcomming Global Volunteer* (OGV).

Quadro 3 – Número de *Approveds*

Número de <i>Approveds</i>			
	OGV	IGV	TOTAL
2016	109	60	169
2017	100	140	240
2018	116	80	196

Fonte: Elaborado pelos autores.

O setor de finanças está conectado como uma rede as outras áreas, isso quer dizer que, quando a área de *Project Manager*, setor responsável pelo Gerenciamento de Projetos faz um processo seletivo, e atrai bons membros, o serviço prestado para a organização terá mais qualidade, enquanto quando a área de B2C obtém bons resultados, estes podem ser convertidos em intercambistas bem como quando OGV consegue fechar intercâmbios sociais aumenta o fluxo de entrada de dinheiro para o caixa da organização, por isso, as medidas de melhorias devem ser tomadas em todas as áreas para que finanças adquira o crescimento necessário.

Apesar do potencial que a empresa possui em sua área de atuação, a instabilidade presente nesses anos atualizado mostra como algumas medidas de finanças poderiam ser adotadas para melhorar seu desempenho financeiro, permitindo uma reflexão aproximada do estudo de Pace, Basso e Silva (2004), que evidenciaram análises financeiras limitadas nas instituições estudadas e as consequências negativas da deficiência em indicadores financeiros.

4.3 – Sugestões

Para que a gestão financeira tenha um bom desempenho é necessário que os outros setores estejam trabalhando de forma otimizada para manter a saúde e excelência nos objetivos da entidade.

Por isso, um software ERP (Planejamento dos Recursos da Empresa) é vital para um controle integral da AIESEC em Maceió, contemplando todos os setores. Esse tipo de sistema é comumente utilizado em empresas, tem como função administrar todos os recursos utilizados na organização de forma coordenada, e seu

principal objetivo serão integrar todos os departamentos e funções da empresa em um único sistema de informações.

Algumas vantagens em obter o software ERP são: Automatização de processos e controles manuais; Controle sobre as operações da empresa; Redução de custos e riscos; Otimização do fluxo da informação; Precisão e segurança nas informações, disponíveis em tempo real; Redução de fraudes; Eliminação de retrabalho; Diminuição de impressão em papel.

Isso irá aumentar a transparência e integridade financeira na organização, pois, todas as informações estarão disponíveis no sistema a todos que estiverem interessados em acessar os relatórios de prestação de contas, bem como irá otimizar a adoção medidas financeiras pela organização como por exemplo a realização de planejamento de gastos e despesas, controle de investimentos de forma a evitar a redução do fluxo de caixa. Melhorando assim indicadores e demandas necessárias para a eficácia nos níveis de indicadores e governança (PACE; BASSO; SILVA, 2004; LÉO; FAMÁ, 2007).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Terceiro Setor requer práticas diferenciadas em sua gestão no que tange aos seus objetivos, pois apesar da não obtenção de lucro como finalidade, apresentam uma missão a cumprir. Esta missão normalmente está relacionada ao atendimento de demandas sociais que ainda carecem de atenção dos outros setores.

O presente estudo teve por objetivo analisar a gestão financeira da AIESEC em Maceió e através dessa análise, trazer melhorias na gestão econômica. Para isso, procurou-se identificar as adaptações necessárias ao conceito de administração financeira em instituições do terceiro setor; verificaram-se os sistemas de controle e planejamento financeiro e a analisou-se como se aplica a gestão financeira na AIESEC sendo ela uma entidade sem fins lucrativos.

Constatou-se que a AIESEC em Maceió, enquanto empresa de Terceiro Setor, tem práticas muito semelhantes às de empresas do primeiro e do segundo setores, quer seja na forma de gerenciar, planejar ou executar suas operações. No entanto, percebeu-se que há um fator imperativo: as receitas provêm de faturamentos. Há um produto ou serviço que são os intercâmbios sociais, logo, existem contas a receber.

Foi analisado também que a entidade, executa todos os procedimentos de controles, com planilhas de Excel e o contas online, recibo dos *approveds*, e sistema integrado bancário, há também as despesas fixas e variáveis, além de apresentarem um contador para fazer as atividades contábeis, realizando ainda auditorias mensais para que não obtenha nenhuma irregularidade diante das ações legais internas da própria AIESEC, e mesmo com este controle apresentou deficiência no controle de índices e resultados financeiros.

Embora o Terceiro Setor não viva para o lucro, o lucro é usado como um recurso, um meio para chegar ao seu real objetivo, que é o protagonismo e liderança jovem, advindo do serviço social voluntário ao seu público-alvo. Com relação ao planejamento financeiro, averiguou-se que a AIESEC em Maceió tem um

planejamento a cada seis meses e utiliza mecanismos de instauração, monitoramento e revisão constante de seus projetos.

Um problema que requer ponto de atenção e cabe como sugestão de melhoria é a inexistência do planejamento a longo prazo, pois, doravante, será definido as ações de curto prazo e a análise dos seus dados será fundamental para identificar tendências, eliminar conteúdos problemáticos e fortalecer estratégias e ações bem-sucedidas.

Dentre as limitações do estudo estava o fato da necessidade de entrevistar os diretores de finanças, e considerando que a cada ano ocorre mudança de gestão dos líderes na entidade, todos os responsáveis de cada ano citado pela direção financeira foram procurados para fazer a entrevista, porém somente os responsáveis pela gestão de finanças em 2016 e 2018 concederam-na.

Ao final, espera-se que este trabalho seja útil, não somente para a entidade estudada, mas também às demais pessoas interessadas no assunto evidenciando desta forma a importância dessas instituições e a sua manutenção na sociedade.

REFERÊNCIAS

AIASEC HUB Disponível em: <<https://hub.aiesec.org.br/get-hub-1>>. Acesso em: 24/08/2019.

AMBROS, Mateus Gundlach; SCHNORREBERGER, Darci. Avaliação de Empresas: Estudo com base nos métodos do balanço patrimonial e do fluxo de caixa descontado. In: Congresso UFSC De Controladoria e Finanças e Congresso UFSC De Iniciação Científica. 2014.

ARAÚJO, Osório Cavalcante. Contabilidade para as organizações do terceiro setor. São Paulo: Atlas, 2005.

ARAÚJO, Osório Cavalcante. Contabilidade para Organizações do Terceiro Setor. São Paulo; Atlas, 2009.

BEUREN, Ilse Maria; RAUPP, Fabiano Maury. Metodologia Aplicável às Ciências Sociais. In Beuren, Ilse Maria (org.). Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2004.

BORZAGA, Carlo; FAZZI, Luca. Civil society, third sector, and healthcare: The case of social cooperatives in Italy. **Social science & medicine**, v. 123, p. 234-241, 2014.

CFC. Conselho Federal de Contabilidade. Manual de procedimentos contábeis e prestação de contas das entidades de interesse social. Brasília, 2003.

FREZATTI, Fábio. Gestão do fluxo de caixa diário: como dispor de um instrumento fundamental para o gerenciamento do negócio. São Paulo: Atlas, 1997.

GITMAN, Lawrence J. Princípios de administração financeira. 10. ed. São Paulo: Addison Wesley, 2004.

GUIA DE GESTÃO: para quem dirige entidades sociais. São Paulo: Fundação ABRINQ; SENAC, 2002.

INTRODUÇÃO À CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE ATIVIDADES ECONÔMICAS - CNAE versão 2.0 Disponível em: <https://concla.ibge.gov.br/images/concla/documentacao/CNAE20_Introducao.pdf>. Acesso: 14 de maio de 2019.

LEAL, Edvalda Araujo; FAMÁ, Rubens. Governança nas organizações do terceiro setor: um estudo de caso. SemeAd-Seminário em Administração, v. 10, 2007.

MACHADO, Maria Rejane Bitencourt. Entidades beneficentes de assistência social: contabilidade, obrigações acessórias e principais. 2. ed. Revista e atualizada. Curitiba: Juruá, 2006.

MORAIS, Rute Miguel de; TEIXEIRA, Telma Cristina; GUIMARÃES, Isac Pimentel. O desafio da contabilidade diante do terceiro setor nas prestações de contas. Cairu em Revista, Fundação Visconde de Cairu, Salvador, ano 6, n. 9, p. 83-95, jan./fev. 2017. Disponível em: . Acesso em: 29 mar. 2018.

MORAIS, Szabo. Administração financeira: princípios, fundamentos e práticas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CHUERI, Luciana de O. Vilanova; XAVIER, Carlos Magno da Silva. Metodologia De Gerenciamento De Projetos: No Terceiro Setor. Rio de Janeiro: Brassport, 2008.

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE APLICADA AO TERCEIRO SETOR – NBR-T. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/t1019.htm/>>. Acesso em: 03 de junho de 2019.

OLIVEIRA, Daniela dos Santos; DURÃS, Silvia Alves Leite. ATUAÇÃO DA CONTABILIDADE NO TERCEIRO SETOR: estudo de caso Mitra Arquidiocesana de Vitória. 2014. 48 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Instituto de Ensino Superior Blauro Cardoso de Mattos - Faserra, Serra - Es, 2014.

PACE, Eduardo Sergio Ulrich et al. O uso de indicadores de desempenho pelo terceiro setor. Encontro de Estudos Organizacionais, v. 3, 2004.

PAES, José Eduardo Sabo. Fundações e entidades de interesse social: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis e tributários. 4ª.ed. rev., atual. eamp. De acordo com a Lei n. 10.406, de 10.1.2002 (Novo Código Civil Brasileiro). Brasília: Brasília Jurídica, 2003. PNADC Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/81c9b2749a7b8e5b67f9a7361f839a3d.pdf>. Acesso em: 03/01/2020.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2ª Edição. Editora Feevale, 2013.

SILVA, Adelphino Teixeira da. Administração & Controle. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1977.

SPILLER, Eduardo Santiago. Gestão de serviços e marketing interno. Editora FGV, 2015.

YIN, Roberto K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 2ª Ed. Porto Alegre. Editora: Bookmam. 2001.

ZDANOWICZ, José Eduardo. Fluxo de caixa: uma decisão de planejamento e controle financeiro. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000.